

# O PAPEL DA GESTÃO NO PROCESSO DA AVALIAÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM<sup>1</sup>

Ana Luiza Borges Lentino da Silva<sup>2</sup>

Mirna Suzana Vieira de Martinez<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar o papel da gestão escolar e sua relação com o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos. A gestão escolar está interligada com o processo organizacional da escola tanto no aspecto social quanto ao pedagógico, no desenvolvimento do trabalho dos professores e na aprendizagem significativa dos alunos verificada através da avaliação. Na pesquisa bibliográfica sobre a temática percebeu-se que a gestão vai muito além do administrar e está diretamente vinculada no fazer pedagógico. O referido estudo é uma revisão bibliográfica baseado nos principais autores como Lück (2005), Hoffman (2001), Luckesi (2011) e entre outros, com análise de artigos acadêmicos na base de dados *SciELO* entre 2010 a 2019. Este artigo foi distribuído em algumas etapas: no referencial teórico sobre a gestão democrática, a avaliação do aluno e o apoio da gestão, para a melhoria da qualidade do processo educacional. Percebeu-se a importância da gestão e sua relação com a avaliação da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Gestão. Ensino aprendizagem. Avaliação.

---

<sup>1</sup> Este artigo é requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), unidade universitária em Bagé/RS, em 2021/1.

<sup>2</sup> Pedagoga. Estudante do curso de Especialização Lato sensu em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). E-mail: [lenttinoluiza@gmail.com](mailto:lenttinoluiza@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora. Doutora em Educação, Professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). E-mail: [mirna-martinez@uergs.edu.br](mailto:mirna-martinez@uergs.edu.br)

## INTRODUÇÃO

O referido artigo foi elaborado por meio da inquietação de saber a importância do papel da gestão desde o momento em que o aluno passa a fazer parte da instituição baseado nos seus avanços ou retrocessos na aprendizagem dentro da sala de aula juntamente com o professor na partilha dos saberes.

O ser humano vive em constante aprendizado, durante o decorrer da vida. Na escola o diretor se tem como referência, pois a gestão está diretamente ligada em ações participativas, processo administrativo e o ensino aprendizagem, estas ações necessariamente precisam da participação dos professores, funcionários, alunos e comunidade escolar. Libâneo (2004) afirma que:

A escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural, pedagógica. (LIBÂNEO, 2004, p. 8).

E é por intermédio da escola que o aluno utiliza uma variedade de formas na busca de conhecimentos, através do diálogo e da contextualização com o meio interno e externo. Paro (2011) aponta que precisamos estabelecer estratégias que favoreçam esse fazer pedagógico para que o aluno possa desenvolver as habilidades de aprender e conhecer. É importante ressaltar que o objetivo da gestão democrática e participativa é formar laços afetivos para bom relacionamento de todos da escola e estratégias de mudanças se necessário para a qualificação do processo e com responsabilidade de todos os envolvidos no ambiente escolar. De acordo com Cury (2001):

Não navegue mais sozinho. Não seja autosuficiente. Treine dividir o barco de sua vida com seus íntimos. Treine penetrar no barco de alguém [...]. Uma mão lava a outra. A família deve ser uma grande equipe. Os colegas de trabalho deve ser uma grande família. A gestão participativa em qualquer esfera social expande as soluções e transforma o ambiente num oásis. Trabalhar em equipe é uma arte. (CURY, 2001, p.51)

O envolvimento da gestão democrática e participativa deve ser primordial na escola, pois é na escola que inicia o processo de formação de opiniões em que os alunos adquirem formas de se relacionar e conviver de maneira ética e fundamentada em valores, além da aquisição de conhecimentos no cotidiano.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Para este artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando buscar elementos que contribuam para justificar a importância do papel da gestão no processo da avaliação do ensino aprendizagem do aluno.

Segundo Furasté (2008, p. 33) a Pesquisa Bibliográfica baseia-se fundamentalmente no manuseio de obras literárias, quer impressas, quer capturadas via internet. É o tipo de pesquisa mais utilizado. É importante que se faça uma leitura consistente, destacando os trechos de maior importância que poderão ser usados posteriormente como citações e redigir uma conclusão coerente com as ideias principais do texto e não copiá-lo.

A pesquisa apresenta algumas informações que servirão de suporte aos profissionais que estão inseridos na escola. Segundo (Denzin; Lincoln, 2006). Na literatura, é possível encontrar a pesquisa qualitativa circundada por uma variedade de métodos, abordagens e materiais empíricos e influenciados por posturas éticas e políticas. Também foram feitas leituras, resumos e resenhas para a construção do referencial teórico.

Buscaram-se elementos que contribuíssem para justificar a pesquisa em contextos sociais em que a escola, a gestão, o professor, o aluno, o funcionário e a comunidade escolar têm suas funções essenciais neste processo e construção de conhecimentos.

Conforme Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, sendo que a sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações.

O presente artigo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica de aspecto descritivo com coleta de informações em obras bibliográficas e artigos acadêmicos para a execução da pesquisa.

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA**

No cenário atual em algumas escolas o autoritarismo prevalece, pois todos devem obedecer quem é “superior”. A democratização existe, mas a gestão democrática continua em um processo muito lento. Em tempos anteriores os professores tinham poder de comando e dominância sob uma sala de aula inteira, com vozes e olhares atípicos, para os professores prevalecia à mesma “regra” quanto aos seus diretores, aos quais eram autoritários ao solicitarem qual fosse à ordem a ser cumprida e assim, os professores deveriam obedecer e realizá-las, e sucessivamente com os diretores, tinham ordens estabelecidas pelos órgãos de regulação. Em 1980 a sociedade já buscava por democratização da gestão na escola pública. Lück et al (2005) afirmam que:

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão democrática envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico. (LÜCK. et al, 2005, p.17).

A escola como um todo, constituída por profissionais qualificados desempenhando seus papéis para somar quanto ao ensino que será ofertado, liberdade de expressão e de escolha fazem parte positivamente de algumas escolas. Para Freire (1997) ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico, segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa desse direito, que no fundo é direito também a atuar.

Para isso é importante ressaltar a importância da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nas análises pedagógicas e demais contribuições em que a escola precisa identificar para bons índices de aproveitamento escolar. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB Nº 9.394/96 o art. 3º estabelece que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e de legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. [\(Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018\)](#)

Ser gestor não é somente comandar uma escola e sim democratizar, mostrar valores sócio afetivos, emocionais e culturais, saber ouvir e aceitar o crítico construtivo. No ano de 1980 iniciaram as discussões sobre a democratização da gestão, logo em 1988 foi implantada na Constituição Federal (CF). Como princípio já se encontra na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

Na Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96 os artigos 14 e 15 aos quais considero importante para a pesquisa.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:  
II- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;  
II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Em relação à gestão democrática e ao Projeto Político Pedagógico refere-se que os mesmos estão ligados democraticamente em uma gestão participativa, pois consiste em

uma contribuição na elaboração deste documento e é através desta participação conjunta que se caracteriza a ação da gestão democrática. Para Veiga (2007):

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola. (VEIGA, 2007, p.13).

O Projeto Político Pedagógico (PPP)- é uma ferramenta que configura as ações, objetivos e particularidades de cada instituição, deve ter acesso a todos e discutido por todos da escola incluindo equipe gestora, professores, funcionários, alunos e comunidade escolar. Segundo Veiga (2007) a principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.

## **A AVALIAÇÃO DO ALUNO**

Ao pensar na palavra avaliação logo vem a ideia de insegurança, de ansiedade e inquietude. Como se fosse necessário o ser humano saber tudo sobre um determinado assunto, pois passaria por uma etapa de avaliação de seus conhecimentos. Mas, na realidade pedagógica, a avaliação não é somente um processo de aprendizagem, mas um processo de ensino, de planejamento. Para Luckessi (2006):

... o modo como tem sido elaborada as provas ou as avaliações acabam causando certa frustração e desânimo nos educandos, por que os professores exigem dos alunos, que estudem todos os conteúdos lecionados, porém, nem todos são cobrados na avaliação. Essa prática educativa infelizmente é compreendida na maioria das escolas como adequada e correta, não leva em consideração a aprendizagem do aluno, pois o professor escolhe arbitrariamente o que será avaliado.

Na forma tradicional de avaliação a prova era o principal instrumento avaliativo é elaborada de forma dissertativa e os alunos precisam responder e acertar 50% das questões, a meta para ter aprovação. Segundo HOFFMANN (2005), sua formação e

educação foi toda pautada no sistema tradicional, com a obrigação de atribuir uma nota para cada aluno e que esta nota seja a responsável pela aprovação ou reprovação e em sua formação pouco se ouviu falar em avaliação.

Infelizmente muitas instituições ainda adotam essa medida de testar o conhecimento do aluno. “A média então é realizada a partir da quantidade e não da qualidade, não garantindo o mínimo de conhecimento”. (LUCKESI, 2006). Embora a avaliação do aluno seja contínua e permanente, o processo de avaliação parte do próprio aluno através da aprendizagem significativa, que supostamente se destaca daquilo que o aluno já sabe, voltados para conteúdos e realidades sociais.

Para LUCKESI (2006, p. 44), quando fala de avaliação da aprendizagem, prefere defini-la como sendo um juízo de qualidades sobre dados relevantes tendo em vista uma tomada de decisão, o juízo de qualidade é produzido por um processo comparativo entre o objeto que está sendo ajuizado e o padrão ideal de julgamento.

A participação e envolvimento dos alunos nas atividades extracurriculares da escola, comprometimento e responsabilidade nos prazos estipulados da entrega das atividades que foram feitas em casa, participação nas atividades propostas pelo professor em sala de aula, trabalhos e entre outras maneiras de avaliar o aluno.

A avaliação é verificação da aprendizagem. O Presidente da República sancionou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 o art. 24º.

A educação básica, nos níveis fundamentais e médios, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Segundo HOFFMANN (2000, p. 34) “O critério essencial e necessário para a avaliação mediadora é que o professor conheça seu aluno, ou seja, o professor deve

conhecer sua realidade, compreender sua cultura, seu modo de falar, e pensar, e isto se dá “através de perguntas, fazendo-lhe novas e desafiadoras questões, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual”.

A equipe gestora e os professores decidem juntos qual a melhor maneira para que a escola possa se adequar aos métodos de avaliar seus alunos. Para Zabala (2010):

A avaliação na escola deve ocorrer em todo o processo de ensino – aprendizagem, e não estar somente voltada aos resultados alcançados pelos alunos, mas em qualquer dos três aspectos fundamentais que influenciem o processo de ensino aprendizagem, como, as atividades propostas pelo professor, às experiências vivenciadas pelos alunos, e os conteúdos de aprendizagem que são indispensáveis para a análise e compreensão de tudo que ocorre em uma ação formativa.

O envolvimento da equipe gestora juntamente com o corpo docente da escola visa o mesmo objetivo, o aluno e a aprendizagem, proporcionando diversas formas de aprender. Para Gomes( 2015, p. 350) “Estes são desafios das políticas educacionais, sem os quais o objetivo principal da política de avaliação perde sentido para os principais protagonistas da educação: estudantes, professores e gestores”.

Para Oliveira (2013) no âmbito interno das escolas, é fundamental promover formas consensuais de tomadas de decisões, o que implica a participação dos sujeitos envolvidos, como medida de prevenção de conflitos e resistências que possam obstruir a implementação das medidas consideradas necessárias.

A gestão por sua vez faz parte da política de currículo educacional, pois os gestores têm a autonomia juntamente com o corpo docente de investigar, analisar as melhores formas de avaliar os alunos, estabelecendo as vivências, atividades propostas e conteúdos que são necessários. Gatti (2013) afirma que:

As avaliações e suas matrizes, as comparações e indicadores e metas propostos, sem um questionamento mais sério, ao longo do tempo, de seus fundamentos, origem e pertinência, são exigidas de modo funcional e fragmentário, em eixo das ações políticas em educação. Se, em seu início essas avaliações eram apresentadas como apenas diagnósticas, elas passaram a ser tomadas como a grande política de currículo educacional e, mais recentemente, como política definidora de equidade social. (GATTI, 2013, p. 59)



O sistema de ensino brasileiro tem muito a evoluir, a maneira de mediar a aprendizagem e as formas de estabelecer as relações entre o professor, aluno e a gestão, onde o aluno possa compreender que aprendizagem se origina de diversas maneiras.

## **ENSINO E A APRENDIZAGEM**

A gestão escolar tem autonomia de proporcionar aos professores programas governamentais para a qualidade de ensino- aprendizagem dos alunos. O Ministério da Educação juntamente com a Secretaria de Alfabetização (SEALF) criou uma ação colaborativa no Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, (PNA) Política Nacional de Alfabetização, cujo objetivo é combater o analfabetismo no Brasil e aumentar a qualidade de ensino na alfabetização que se inicia na pré-escola dando continuidade no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

Neste sentido, o Ministério da Educação investe bastante em ações para reduzir os índices de analfabetismo, O TEMPO DE APRENDER é uma ação que pode ser desenvolvida na escola proporcionando o estímulo da aprendizagem. Além disso, os professores também fazem parte destas ideias, pois só se pode ter uma aprendizagem significativa se os professores fizerem parte das ações e assim, sucessivamente. Os educadores participam de formações continuadas em práticas educacionais na alfabetização e apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização, alguns Estados e Municípios do Brasil participam deste programa.

Cabe ressaltar que este programa conta com a participação de gestores e professores de toda a rede pública do Brasil.

Ao diretor escolar, responsável pela influência intencional e sistemática da escola sob sua responsabilidade, cabe, portanto, o papel da liderança que consiste em levar os seus participantes a focalizar os aspectos importantes da experiência, identificar as suas características, analisar seus resultados sob o enfoque dos objetivos educacionais, orientar o grupo na revisão de seu desempenho, suas competências, hábitos de pensamento, atitudes, etc., à luz daqueles objetivos e valores educacionais. (LÜCK, 2009).

A gestão, numa concepção democrática, efetiva-se por meio da participação dos sujeitos sociais envolvidos com a comunidade escolar, na elaboração e construção de seus

projetos, como também nos processos de decisão, de escolhas coletivas e nas vivências e aprendizagens de cidadania. (DOURADO, 2006)

Na educação escolar a aprendizagem do aluno se dá além de estímulos e incentivo tanto da escola quanto currículo e estrutura, quanto ao professor que faz parte do ensino aprendizagem do aluno. Sabe-se que a realidade varia de escola para escola, mas certamente nos dias atuais os programas e ações governamentais vêm mudando essa realidade, em processo ainda lento.

A escola como lugar de aprendizagem busca através da gestão trazer benefícios e melhorias para a aprendizagem, quanto a isso a gestão faz parte do processo de avaliação escolar e aprendizagem dos alunos da escola, proporcionando melhorias através de salas de aulas organizadas e com mobiliário necessário para os alunos, brinquedos educativos para maior incentivo de aprendizagem tanto dos alunos quanto dos professores que usam essas ferramentas como estímulo e incentivo.

Segundo Marquezan et al. (2003) o ambiente escolar se apresenta como um espaço multicultural e de múltiplos saberes, que tem como finalidade favorecer a socialização entre educandos e proporcionar uma aprendizagem significativa. A socialização faz parte do processo de aprendizagem do aluno e isso estabelece que ao socializar a criança fortalece vínculos, adquire conhecimento e desenvolve habilidades. ROSSATO (2006, p.18) destaca que a atividade de ensino-aprendizagem é determinada pela interação social dos sujeitos envolvidos neste processo.

A interação social não se refere ao aluno que socializa e automaticamente constrói relações e aprendizados significativos, pois a socialização é uma das etapas de aprendizagem da criança e cada criança possui seu processo de desenvolvimento e interação.

A criança que por sua vez possui alguma dificuldade de se relacionar e/ou comunicar tem total liberdade de expressão para que assim, seja estabelecida outra forma de mediar o conhecimento, conta com o apoio da equipe gestora e demais funcionários qualificados e capacitados para subsidiar a aprendizagem da criança. Neste sentido a escola, gestão,

professor e família correlacionam esse vínculo para proporcionar à criança segurança na etapa de seu processo de aprendizagem, em seu tempo e estabelecendo relações de ensino com auxílio e apoio dos mesmos. Para Berger (2004):

Ao assenhorear-se da linguagem, a criança aprende a transmitir e reter certos significados socialmente reconhecidos. Adquire a capacidade de pensar abstratamente, isto é consegue ir além da situação imediata com que se defronta é também por meio do aprendizado da linguagem que a criança adquire a capacidade de refletir. As reflexões incidem sobre a experiência passada, que se integra numa versão coerente e cada vez mais ampla da realidade. A experiência presente é continuamente interpretada em conformidade com essa visão e a experiência futura não pode ser planejada. É através dessa reflexão cada vez mais intensa que a criança toma consciência de si mesmo como uma individualidade no sentido literal de reflexão isto é do fenômeno através do qual atenção da criança retorna do mundo exterior para incidir sobre ela própria. (BERGER, 2004, p. 175).

A criança por sua vez tem a capacidade de pensar e agir conforme sua relação com o meio interno e externo, pois a aprendizagem significativa depende das suas relações. A escola auxilia de forma concreta e em casa estabelece vínculos sociais com as pessoas que participam da vida social e afetiva da criança.

Luck (2009, p. 17) afirma que é responsabilidade do gestor a tarefa de promover na escola este ambiente de aprendizagem para comunidade. Na escola, o diretor é o profissional a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados.

A educação é aqui entendida como processo de criação, inovação e apropriação da cultura, historicamente produzida pelo homem. Dessa forma, a escola torna-se espaço privilegiado de produção e de transformação do saber sistematizado. As práticas e ações que organizam devem ser eminentemente educativas, de forma a atingir os objetivos da instituição: formar sujeitos participativos, críticos e criativos. (Dourado, 2006, p. 25)

O principal objetivo da instituição de ensino é formar cidadãos críticos e capazes de aprender sempre, em busca de novos conhecimentos diariamente em determinados fatores e circunstâncias.

Lück (2009, p. 20), afirma que é importante: ...experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação”. Ainda acrescenta que: “ O ambiente é considerado de vital importância para o desenvolvimento de aprendizagens significativas que possibilitem aos alunos conhecerem o mundo e conhecerem-se no mundo, como condição para o desenvolvimento de sua capacidade de atuação cidadã”.

A forma de articulação dos autores em relação ao ensino e aprendizagem dos alunos, salienta que a gestão assume o papel de articular os processos de ensinar e aprender continuamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No presente artigo o intuito foi destacar a importância do papel da gestão no processo de avaliação dos educandos durante seus períodos escolares, sabe-se que a importância do professor dentro da sala de aula tem seu real fator e relevância para que os alunos possam desenvolver aprendizados significativos, a escola como instituição de ensino cabe ofertar aos alunos de acordo com a LDB que o ensino deve ser ofertado de forma gratuita e obrigatória a partir dos 4 anos de idade para todas as crianças na nação brasileira.

Cada aluno irá desenvolver suas aprendizagens de formas variadas, uns apresentaram conhecimentos prontos logo no início, outros ao longo do tempo e outros podem até precisar de outras formas de avaliação para que se possa estabelecer seu grau de aprendizado. Foi destacado que a avaliação da aprendizagem verifica o crescimento do aluno em todos os seus aspectos, o quanto ele melhorou e progrediu na sua aprendizagem.

O professor como mediador e interlocutor desses processos sabe que isso acontece de forma natural e normal, pois cada indivíduo tem seu jeito de pensar, agir e compreender, e ele sabe como avaliar cada um de forma única e cuidadosa, pois os conhecimentos também são adquiridos ao longo da vida.

A escola serve como subsídio para a formação de grandes cidadãos, atualmente nosso país em relação há tempos anteriores possui um baixo índice de analfabetismo, isso quer dizer que obtivemos bons resultados ao longo destes processos e que as formações continuadas dos professores fazem um diferencial enorme nessas estatísticas, pois quanto mais tivermos professores e profissionais qualificados nosso índice de aprendizes será muito maior, onde se transfere conhecimentos se faz futuro cidadãos capazes de desenvolver suas aprendizagens em práticas sociais, o aprender não é somente saber conteúdos, são ideias capazes de transformar seus conhecimentos em agir, pensar e se relacionar com o meio ao qual está inserido.

Na escola todos os profissionais que ali se encontram cada um com sua particularidade e formação específica para seu cargo ou função acrescentam muito no aprendizado e não somente no aprendizado dos alunos como também dos colegas que fazem parte da instituição, o saber ouvir, a troca de ideias são conhecimentos adquiridos, na democracia do nosso país isso é relevante para que sejamos aprendizes dos nossos conhecimentos.

A democracia está inserida dentro das escolas, da sala de aula e é necessário saber seu fundamental papel na nossa sociedade como um todo, a família também faz parte da escola, pois é através dela que há comunicação sobre o aluno, seus aprendizados, suas dificuldades e suas frustrações, atualmente muitas escolas possuem atendimentos especializados justamente para garantir que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos de forma significativa, sem traumas por não saber alguma coisa, o aprendizado se adquire ao longo do tempo, às vezes requer um olhar atento, outras vezes um olhar mais individualizado, mas nada mais que aprendizados significativos para seu desenvolvimento emocional, social e afetivo, em uma cultura interligada a diversidade sociocultural.

A pesquisa se torna importante para novas ideias por definir a fundamentação da equipe gestora na avaliação dos alunos, sabendo que a escola é um conjunto de ações que conta com a participação de todos para o processo de aprendizagem dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BERGER, Peter, BERGER, Brigitte, Sociologia e Sociedade, Leituras de Introdução a Sociedade, LTC, 2004.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Base da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso: 22/03/2021 às 14:30min.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 19/05/2021 às 00:03min.

CURY, Augusto Jorge. Treinando a emoção para ser feliz/São Paulo: Academia de inteligência, 2001.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I.O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão de educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico. Explicação das Normas da ABNT. 11. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus., 2008.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. 1997. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Professorasimtiano.pdf> Acesso: 15/04/2021 às 19h10min.

GATTI, B. A. Possibilidades e fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas. In: BAUER, A.; GATTI, B.; TAVARES, M. R. (Orgs.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Origem e pressupostos. v.1. Florianópolis: Insular, 2013, p. 47-69.

GOMES, Suzana dos Santos. Políticas de Avaliação Externa e Interna: Desafios e Perspectivas. In: GOMES, Suzana dos Santos; QUARESMA, Adilene Gonçalves. Políticas e Práticas na Educação Básica e Superior: desafios da contemporaneidade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. P. 347-360.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J.; FERREIRA, J.; SEABRA, M. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. As Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2005.

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências.– Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e Preposições. 22ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43 e 44.

MARQUEZAN, R., MELO, A.M., RODRIGUES, G.F.; NOAL, D. Dinâmica de Sala de Aula: uma variável na aprendizagem. In: Revista de Educação UFSM, n. 22, Santa Maria, 2003.

MINISTÉRIO, Educação. Política Nacional da Alfabetização. Disponível em <http://alfabetizacao.mec.gov.br/> Acesso: 20/05/2021 às 21h.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 10 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

PARO, V. H. Crítica da estrutura da escola. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSSATO, Ricardo. Século XXI saberes em construção. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006

VEIGA, Ilma Passos (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico da escola. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

ZABALA, Antoni. *A avaliação. A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre, Artmed, 2010.